



Relatório de Atividades – 2023

2023 foi o último ano do mandato anterior, foi mais um ano de um mandato marcado por muitas dificuldades para o sector solidário e a nossa instituição não foi poupada à instabilidade social e económica vivida no país.

Apesar de uma melhoria das participações do Estado esta não acompanhou o aumento substancial do custo médio de vida em Portugal derivado do aumento das taxas de juro e da inflação. Por outro lado, as participações familiares por parte dos utentes na área de apoio à terceira idade e à infância refletiram de forma bem vinculada a situação económica difícil que travessam.

Mas apesar disso, conseguiu-se ao longo do ano manter todas as valências que vínhamos desenvolvendo e ainda aumentar as respostas e o número de utentes em algumas delas nomeadamente na resposta social Creche. Porém, a resposta de pré-escolar continua com uma frequência abaixo da sua capacidade e dos valores por nós desejados, devido à falta de procura e à grande oferta do mercado.

As Estruturas Residências para Pessoas Idosas (ERPI), foram objeto de intervenção, com apoio FEDER, e viram remodeladas e adaptadas as instalações sanitárias nas ERPI's Santa Teresa D'Ávila e Santa Isabel, proporcionado maior conforto e bem-estar aos utentes destas Estruturas Residenciais. Esta intervenção contribuiu por um lado para a melhoria das condições de conforto e bem, estar dos utentes, mas por outro lado e devido ao atraso verificado na conclusão dos trabalhos, verificou-se atraso significativo na ocupação das vagas originando constrangimentos na tesouraria desta Instituição.

A cozinha desta Instituição foi também totalmente intervencionada e equipada por forma a dar resposta com maior qualidade às refeições fornecidas a todos os nossos utentes.

O Centro de Educação Especial que manteve a sua capacidade de resposta esgotada, foram desenvolvidas diversas actividades que permitiram a nossa participação em vários encontros e intercâmbios na área da deficiência, com prestações muito aplaudidas e honrosas por parte dos nossos participantes.

A Unidade de Cuidados Continuados de Bragança manteve-se completa conforme Acordos em vigor.

Por outro lado, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) deixou de funcionar nesta Instituição devido à transferência de competências da área social



para a autarquia, mas nem por isso, esta Instituição deixou de apoiar e estar presente e responder às inúmeras solicitações dos cidadãos que a procuram.

Procedemos a melhorias significativas nos diferentes equipamentos, iniciámos a renovação da frota automóvel para aquisição de uma viatura elétrica destinada ao Serviço de Apoio Domiciliário.

Reestruturaram-se alguns serviços e gabinetes de apoio, dando uma nova dinâmica à vida da instituição tendo em vista a melhoria contínua dos serviços.

Procurámos através de uma gestão rigorosa dos recursos humanos, manter os postos de trabalho necessários ao funcionamento dos nossos serviços, reconvertendo alguns para desempenho de novas funções, sem diminuição dos padrões de qualidade e de exigência reconhecidos em todos os sectores.

Para além de desenvolvermos ao longo do ano várias actividades em parceria com outras instituições, tendo em vista melhorar a interacção dos nossos colaboradores e utentes com realidades diferentes dentro da rede solidária, disponibilizámos os nossos recursos para que outras instituições pudessem usufruir dos mesmos, promovendo ainda diversas actividades culturais e recreativas visando o bem estar completo dos nossos utentes nas diversas valências e da comunidade, tendo sido premiada por Entidades como a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação BPI La caixa.

A nível de representação a Santa Casa da Misericórdia esteve em todas as comissões e grupos de trabalho onde tem assento, colaborando de forma muito activa em todas elas, em especial na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e na rede Social do Concelho de Bragança.

Bragança, 04 de Março de 2024



A Mesa Administrativa



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período Findo em 31 de Dezembro de 2023

Montantes expressos em Euros

RUBRICA	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	14	2 213 344,70	1 961 266,48
Subsídios, doações e legados à exploração	15	6 347 184,08	5 252 049,73
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-956 604,91	-803 726,48
Fornecimentos e serviços externos	16	-1 044 032,67	-1 403 587,20
Gastos com o pessoal	17	-6 720 696,09	-6 034 257,99
Imparidades	7	-614 846,18	0,00
Outros rendimentos	18	328 253,95	197 769,67
Outros gastos	19	-16 207,40	-89 709,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-463 604,52	-920 195,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-429 148,98	-262 597,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-892 753,50	-1 182 793,25
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	20	-179 004,50	-89 880,77
Resultado antes de impostos		-1 071 758,00	-1 272 674,02
Imposto sobre o Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		-1 071 758,00	-1 272 674,02

Bragança, 04 de março de 2024

Contabilista Certificado,
Membro nº 90402

Mesa Administrativa,



BALANÇO

Período Findo em 31 de Dezembro de 2023

Montantes expressos em Euros es expressos em Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	5	10 387 547,41	10 546 812,97
Ativos Intangíveis	5	1 115 384,60	1 230 769,22
Outros Créditos e Ativos não Correntes		69 031,11	66 656,05
		11 571 963,12	11 844 238,24
Activo corrente			
Inventários	6	77 623,89	97 019,63
Créditos a Receber			
Clientes/Utentes/Arrendatários	7	513 707,07	1 135 403,59
Adiantamento a Fornecedores	7	4 035,30	40 873,97
Outras contas a receber	7	900 494,84	643 885,48
Estado e outros entes públicos	13	11 127,03	13 129,40
Irmãos	7	8 363,00	22 828,84
Diferimentos	8	21 366,61	129 213,52
Caixa e Depósitos Bancários	7	189 136,85	141 576,59
		1 725 854,59	2 223 931,02
TOTAL DO ACTIVO		13 297 817,71	14 068 169,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	1 569 642,64	1 569 642,64
Resultados transitados	9	-5 707 598,05	-4 905 881,87
Excedentes de revalorização	9	7 507 573,89	7 930 740,21
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	2 860 544,99	2 863 348,30
		6 230 163,47	7 457 849,28
Resultado líquido do período		-1 071 758,00	-1 272 674,02
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	9	5 158 405,47	6 185 175,26
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	11	2 898 548,98	3 137 604,27
		2 898 548,98	3 137 604,27
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1 681 721,98	1 601 747,36
Estado e outros entes públicos	13	740 324,03	291 587,09
Financiamentos Obtidos	11	629 521,82	635 258,26
Diferimentos	12	227 670,92	258 777,59
Outros Passivos Correntes	11	1 961 624,51	1 958 019,43
		5 240 863,26	4 745 389,73
TOTAL DO PASSIVO		8 139 412,24	7 882 994,00
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		13 297 817,71	14 068 169,26

Bragança, 04 de março de 2024

Contabilista Certificado,

Membro nº 90402



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período Findo em 31 de Dezembro de 2023

Montantes expressos em Euros

Rubricas	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes/utentes		2 161 926,17	2 259 453,50
Pagamentos a fornecedores		-1 868 303,96	-1 665 671,45
Pagamentos ao pessoal		-6 102 571,94	-5 727 100,37
Recebimentos de Subsídios		5 605 912,88	5 153 697,65
Caixa gerada pelas operações		-203 036,85	20 379,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		735 567,08	153 652,16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		532 530,23	174 031,49
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-161 612,79	-226 870,59
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
		-161 612,79	-226 870,59
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		109 386,74	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		109 386,74	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-52 226,05	-226 870,59
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	806 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Suprimentos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	806 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-244 791,73	-552 184,96
Juros e gastos similares		-187 952,19	-82 411,76
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Suprimentos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-432 743,92	-634 596,72
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-432 743,92	171 403,28
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		47 560,26	118 564,18
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		141 576,59	23 012,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		189 136,85	141 576,59

Bragança, 04 de março de 2024

Contabilista Certificado,
Membro nº 90402

Mesa Administrativa,



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança, pessoa coletiva nº 500 843 929, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Tem a sede na Rua Emídio Navarro em Bragança.

As Respostas que a Santa Casa dispõe atualmente são as seguintes:

- Creche Familiar / Serviço de Amas;
- Creche (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Pré-escolar (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Atl Cinderela, (só se encontra aberta nas pausas letivas);
- Centro de Dia;
- ERPI (Estrutura Residencial para pessoas Idosas): Santa Teresa D`Avila/ Imaculada Conceição/ Santa Isabel;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cantina Social;
- Centro de Educação Especial (CAO e Lar Residencial);
- Unidade de Cuidados Continuados (Longa Duração Manutenção e Reabilitação/ Média Duração e Reabilitação e Privados);
- Museu Etnográfico Dr. Belmiro Afonso;
- Bairro de Habitação Social Santa Isabel;
- POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

3.2 - Ativos fixos tangíveis

3.2.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Todas as classes de “Ativos Fixos Tangíveis” à exceção dos edifícios e Outras Construções, encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A classe dos Edifícios e Outras Construções foi sujeita a uma avaliação imobiliária, efetuada de acordo com a NCRF 7 por um avaliador devidamente qualificado e inscrito na CMVM (Engenheira Joana Andrade, datada a 30 de dezembro de 2022). O método utilizado na avaliação foi o do justo valor, partindo do custo de reconstrução e deduzindo o estado de depreciação/desgaste em que os bens se encontravam. Nesta reavaliação, chegou – se a um período de vida útil diferente daquele que estava a ser considerado para efeitos de depreciação, tendo, desta forma, sido efetuado um ajustamento afetando a quantia escriturada.

Em consequência deste trabalho de avaliação dos bens, foram apuradas novas vidas úteis, tendo sido definidas depreciações em função do período remanescente, tendo por base uma vida útil de 50 anos para os edifícios, ou seja, a este último foi deduzido o estado de depreciação apurada pela avaliação. (ver nota 5)

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciáveis é nulo.

Para o ano de 2021 a Mesa Administrativa entendeu ajustar as taxas de Depreciação, indo ao encontro da realidade da Instituição. Assim, foi considerado, que todos os bens teriam uma vida útil superior à que estava a ser considerada, tendo as mesmas sido deduzidas em 50% quando comparadas com o ano de 2020.

Este critério manteve – se no ano 2023.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

<u>Classe de Bens</u>	<u>Ano 2023</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Edifícios e Outras Construções para a Saúde	20
Equipamento básico	7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros ativos fixos tangíveis	7

As vidas úteis e método de depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da

quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo.

d) Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são registados ao custo.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Principais pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – ESNL. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.9 Principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2024 relativos a 2023 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.10 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÕES DE ERROS

No exercício findo em 31-12-2023 não se verificaram as seguintes situações:

- I. Aplicação inicial da NCRF;
- II. Alteração voluntária em políticas contabilísticas;
- III. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espere que tenham efeito em períodos futuros;
- III. Erros materiais de períodos anteriores.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	AFT em Curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	104 127,60	16 378 637,18	1 854 828,45	305 279,51	616 504,02	36 346,34	224 241,70	19 519 964,80
Aquisições	0,00	8 451,70	5 266,91	30 424,32	9 818,08	0,00	280 474,39	334 435,40
Alienações	0,00	-356 310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-356 310,00
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	326 834,00	171 008,13	0,00	0,00	0,00	-497 842,10	0,00
Saldo final	104 127,60	16 357 612,88	2 031 103,49	335 703,83	626 322,10	36 346,34	6 874,00	19 498 090,24
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	2 371,97	5 973 882,78	2 005 522,53	314 010,55	645 487,56	31 876,53	0,00	8 973 151,92
Amortizações do exercício	0,00	285 784,81	20 702,98	4 910,18	2 366,39	0,00	0,00	313 764,36
Perdas por imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	-176 373,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-176 373,45
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	2 371,97	6 083 294,14	2 026 225,51	318 920,73	647 853,95	31 876,53	0,00	9 110 542,83
Ativos líquidos	101 755,63	10 274 318,74	4 877,98	16 783,10	-21 531,85	4 469,81	6 874,00	10 387 547,41

As depreciações destes ativos foram calculadas segundo o método das quotas constantes, para os bens adquiridos a partir do exercício de 2013, de acordo com a NCRF – ESNL, que para o efeito coincidem com as taxas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O saldo dos Ativos Fixos Tangíveis em curso diz respeito à candidatura PRR-000033 – Requalificação do Cinderela.

Existência de quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que foram dados como garantia de passivos.



A normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo prevê o reconhecimento de ativo intangível associado a contratos de comodato em vigor. A 31-12-2023, estavam vigentes dois contratos de Comodato, conforme detalhe abaixo.

Local	Entidade Cedente	Data do Contrato	Duração
Centro Infantil Coxa Rua Padre António Vieira	Instituto da Segurança Social	14-01-1993	3 Anos Renováveis
Centro de Educação Especial Rua Vale D'Álvaro	Instituto da Segurança Social	01-09-2013	20 Anos Renováveis

Contrato Comodato CEE

	2023	2022
Ativos		
Saldo inicial	1 500 000,00	1 500 000,00
Aquisições	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00
Saldo final	1 500 000,00	1 500 000,00
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	269 230,78	153 846,16
Amortizações do exercício	115 384,62	115 384,62
Perdas por imparidade do exercício	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Regularização	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00
Saldo final	384 615,40	269 230,78
Ativos líquidos	1 115 384,60	1 230 769,22

O saldo dos Ativos Intangíveis a 31-12-2023 de 1 115 384,60€ é referente ao contrato de comodato do Equipamento Centro de Educação Especial, nomeadamente das respostas sociais Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MP, Subsidiárias e de Consumo	77 623,89	0,00	77 623,89	97 019,63	0,00	97 019,63
Saldo final	77 623,89	0,00	77 623,89	97 019,63	0,00	97 019,63

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023				2022			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	0,00	97 019,63	0,00	97 019,63	0,00	95 927,16	0,00	95 927,16
Compras	0,00	937 209,17	0,00	937 209,17	0,00	780 210,60	0,00	780 210,60
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 608,35	0,00	24 608,35
Saldo final	0,00	77 623,89	0,00	77 623,89	0,00	97 019,63	0,00	97 019,63
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	0,00	956 604,91	0,00	956 604,91	0,00	803 726,48	0,00	803 726,48

Não se mostrou necessário o reconhecimento de qualquer perda por imparidade relativo a este ativo.

O aumento do custo das mercadorias e matérias consumidas no valor de 152 878,43€, deve se essencialmente aos efeitos da inflação e o facto de não ter havido rapell. No ano 2022 o valor de rapell do fornecedor Paul Hartmann foi de 21 875,00€ e no ano 2023 não recebemos qualquer valor.

7 ACTIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	4 110,48	0,00	4 110,48	3 507,67	0,00	3 507,67
Depósitos à Ordem	185 026,37	0,00	185 026,37	137 735,22	0,00	137 735,22
Outros Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	333,70	0,00	333,70
	189 136,85	0,00	189 136,85	141 576,59	0,00	141 576,59
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Cientes, Utentes e Arrendatários	1 208 194,66	694 487,59	513 707,07	1 265 409,38	130 005,79	1 135 403,59
Adiantamento a Fornecedores	41 663,84	37 628,54	4 035,30	40 873,97	0,00	40 873,97
Irmãos	21 098,84	12 735,84	8 363,00	22 828,84	0,00	22 828,84
Outras Contas a Receber	900 494,84	0,00	900 494,84	643 885,48	0,00	643 885,48
	2 171 452,18	744 851,97	1 426 600,21	1 972 997,67	130 005,79	1 842 991,88
	2 360 589,03	744 851,97	1 615 737,06	2 114 574,26	130 005,79	1 984 568,47

Informou a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, antes da data de encerramento do Balanço e da Demonstração de Resultados, para se proceder ao registo de imparidades de dívidas a receber, considerando para o efeito a sua antiguidade.

Foi considerado o valor total de 614 846,18€, com base nos anos de 2009 a 2019, respeitante ao saldo de utentes de ERPI's, Infância e CEE, no valor de 451 009,28€, ao saldo de Utentes e Clientes Gerais da UCC no valor de 107 564,10€, Arrendatários e Centro de Medicina e Reabilitação no valor de 5 908,42€, Irmãos no valor de 12 735,84€ e Adiantamento ao fornecedor Shoulfer no valor de 37 628,54€.

O saldo a receber de utentes, no valor de 382 310,15€ respeita a mensalidades e extras processados até 31.12.2023, decorrente de prestações de serviços efetuadas pela Instituição. Para além deste montante, o valor do ativo apresentado engloba saldos a receber de clientes (valor de 109 689,60 €) e arrendatários (valor de 21 707,69€), pela prestação de serviços na Unidade de Cuidados Continuados e pelo arrendamento de imóveis da Instituição, respetivamente.



A Rubrica de “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Devedores por Ac. Rendimentos	402 216,49	168 675,16
Outros Devedores	497 220,85	473 209,52
Pessoal	1 057,50	2000,80
	<u>900 494,84</u>	<u>643 885,48</u>

A rubrica “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” é composta essencialmente por rendimentos UCCI no valor de 165 287,20€ , Programa de Expansão do Pré Escolar no valor de 214 666,20€ e pela prestação de serviços na Cantina Social com um valor de 2 418,00€. Também engloba os Acertos dos Acordos de Cooperação no valor de 19 845,09€, que só foram recebidos em Janeiro de 2024.

A rubrica “Outros Devedores” apresenta os montantes que nos faltam receber dos projetos, POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas), IEFP relativo a bolsas de estágios, CEI e MAREES, bem como montantes relativos a financiamentos do Portugal 2020 cujas candidaturas foram aprovadas em 2020 e o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) aprovado em 2021 e da candidatura ao PRR Reestruturação do Centro infantil Cinderela.

8 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 2023 e em 2022 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gastos a Reconhecer	21 366,61	129 213,52
	<u>21 366,61</u>	<u>129 213,52</u>

A rubrica de “Gastos a Reconhecer” em 2023 é composta, essencialmente, por diferimentos de prémios de seguros e de outros gastos referentes a 2024 ou anos posteriores.

Em anos anteriores, nesta rubrica, estavam registados valores (108.693,13€) relativos a indemnizações já liquidadas às Professoras do ensino escolar, relacionadas com o encerramento desta valência no ano de 2021. Sendo opinião da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança que esse encerramento fazia parte de um Plano de reestruturação de viabilidade económica devidamente homologado com uma duração de 60 meses, optaram pelo diferimento destes encargos pelo período atrás referido.

Informou – nos de novo a mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, antes da data de encerramento do Balanço e da Demonstração de Resultados, que fosse considerado neste exercício, o valor total das indemnizações pagas às Professoras.

9 FUNDOS PATRIMONIAIS

Rúbrica	Saldo em 01/01/2023	Aplicação RLE	Alteração valor subsídios aprovado	Correção	Reavaliação-Amortizações	Reconhecimento de Subsídios	Imputação subsídio ao investimento	Amortização excedente Revalorização	Saldo em 31/12/2023
Fundo Social	1 569 642,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 569 642,64
Resultados Transitados	-4 905 881,87	-1 272 674,02	0,00	47 791,52	0,00	0,00	0,00	423 166,32	-5 707 598,05
Ajustamento em Ativos financeiros	47 791,52	0,00	0,00	-47 791,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de Revalorização AFT e AFI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrato de Comodato CEE	1 230 769,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-115 384,62	1 115 384,60
Avaliação Imobiliária 30/12/2022	6 699 970,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-307 781,70	6 392 189,29
Subsídios ao Investimento	2 744 616,18	0,00	0,00	0,00	0,00	127 525,00	-81 976,84	0,00	2 790 164,34
Doações Particulares	70 940,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-559,95	0,00	70 380,65
Resultado líquido do exercício	-1 272 674,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 071 758,00
	6 185 175,26	-1 272 674,02	0,00	0,00	0,00	127 525,00	-82 536,79	0,00	5 158 405,47

Fundos

A Instituição foi criada em 1518 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data, no valor de 1 569 642,64€.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido negativo do ano anterior, no montante de 1 272 674,02€ € foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

Os resultados de exploração das duas valências que integram o equipamento Centro de Educação Especial, com referência ao ano 2019, pressupondo que os resultados dos próximos anos não irão diferir significativamente dos atuais.

Para atualização dos cash-flows foi utilizada a taxa de 4%.

Da conjugação destes elementos, apurou – se um valor a atribuir a este direito no valor de 1 500 000,00€.

Nesta rúbrica temos ainda registados 6 392 189,29€ relativos à reavaliação dos ativos fixos tangíveis registados em 2022.

10 SUBSÍDIOS E APOIOS DO ESTADO, AUTARQUIAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Os subsídios recebidos do Estado, Autarquias e Outras Instituições reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 referem-se, a apoios concedidos no âmbito da Construção da Unidade de Cuidados Continuados e Integrados (UCCI), no valor de 2 212 839,20€, na remodelação e adaptação das instalações sanitárias dos ERPI'S Lar Sta. Teresa D'Ávila, Lar Imaculada

Conceição e Lar Sta. Isabel no valor de 142 124,70€ e na remodelação e reconversão da cozinha da Santa Casa da Misericórdia de Bragança no valor de 269 100,00€.

Subsídio	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Imputações do Exercício	Saldo Final
Subsídios relacionados com ativos:					
UCC - Feder	1 650 539,20	0,00	0,00	-37 038,08	1 613 501,12
UCC - Município de Bragança	257 790,00	0,00	0,00	-5 640,00	252 150,00
UCC - Projecto 06/2007-2014	46 720,00	0,00	0,00	-3 330,00	43 390,00
UCC - Projecto 06/2007-2015	85 930,00	0,00	0,00	-1 880,00	84 050,00
UCC - Projecto 06/2007-2016	85 930,00	0,00	0,00	-1 880,00	84 050,00
UCC - Projecto 06/2007-2017	85 930,00	0,00	0,00	-1 880,00	84 050,00
Subsídios PIDDAC/ValorN/CDSS	71 329,04	0,00	0,00	-6 680,05	64 648,99
CA. Autocarro	2 864,00	0,00	0,00	-1 428,00	1 436,00
FSS Dp.249/SUB/FSS/MSESS/2015	21 359,24	0,00	0,00	-2 669,92	18 689,32
Norte-07-FEDER-000568	142 124,70	0,00	0,00	-3 553,12	138 571,58
Norte-07-FEDER-000413	269 100,00	0,00	0,00	-12 872,68	256 227,32
PRR-RE-C03-i01-000135	25 000,00	0,00	0,00	-3 125,00	21 875,00
Lojas ME23/24 Porto	22 875,60	0,00	0,00	-259,95	22 615,65
Terreno Lojas ME23/24 Porto	8 665,00	0,00	0,00	0,00	8 665,00
Dação Artigo4402-P	29 400,00	0,00	0,00	-300,00	29 100,00
Terreno Dação Artigo4402-P	10 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00
PRR - RE Centro Infantil Cinderela	0,00	127 525,00	0,00	0,00	127 525,00
	2 815 556,78	0,00	0,00	-82 536,79	2 860 544,98

No ano 2023 a Mesa Administrativa manteve a mesma política de 2022 relativamente à redução em 50% das taxas de amortizações dos ativos fixos tangíveis a que estes subsídios foram atribuídos e mantiveram essa mesma redução respeitando os princípios elencados na NCRF – ESNL

11 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos correntes” apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente (saldos credores)	1 681 721,98	1 601 747,36
Outros passivos financeiros		
Outros Passivos Correntes	1 961 624,51	1 958 019,43
	3 643 346,49	3 559 766,79

A rubrica “Fornecedores”, apresenta um aumento considerável quando comparada com o ano anterior, maioritariamente relacionado com a inflação registada no preço dos bens de 1ª necessidade.

Outros Passivos Correntes

Em 2023 e em 2022 a rubrica “Outros Passivos Correntes” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Credores por Ac. Gastos	1 465 816,61	1 329 069,64
Outros Credores	495 807,90	628 949,79
	1 961 624,51	1 958 019,43

O montante relativo a “Outros Credores” decompõe-se da seguinte forma:

- Valor Global de 34 948,92€ a transferir para três Instituições, que são elas a S.C.M. de Vinhais, a Cáritas Diocesana de Bragança – Miranda e a Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito do POAPMC;
- Não foram detetados os ordenantes de transferências bancárias no valor de 5 022,82€;
- A Instituição foi notificada pela segurança Social em Abril de 2022 dos valores em débito, relativamente ao período de 2018 a junho de 2022, estes gastos dizem respeito ao centro de educação Especial, mais concretamente, aos gastos com pessoal afeto a este centro de custos, mas pertencendo aos quadros da segurança Social (429 047,92€).

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2023	2022
Remunerações a liquidar	895 158,47	897 250,60
Outros gastos a pagar	570 658,14	431 819,04
	1 465 816,61	1 329 069,64

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2024, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2023.

O montante de “Outros Gastos a Pagar” inclui gastos relativos a 2023 cujos documentos de suporte estão datados com o ano de 2024, bem como os gastos inerentes ao Centro de Educação Especial, mais concretamente, aos gastos com pessoal (onze trabalhadores) afeto a este centro de custos, mas pertencendo aos quadros da Segurança Social (515 204,94€).

Financiamentos Obtidos

	2023	2022
Não Corrente		
Fundo Reestruturação. S.Solidario	0,00	0,00
Empréstimos EuroBic	1 871 032,78	1 962 793,52
C/Caucionada EuroBic nº83352332.40.001	0,00	0,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	405 424,80	490 000,00
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	405 424,80	490 000,00
Santader 95096	216 666,60	282 229,16
	<u>2 898 548,98</u>	<u>3 225 022,68</u>
Corrente		
Fundo Reestruturação. S.Solidario	133 600,00	133 600,00
Empréstimos EuroBic	107 329,82	126 469,01
C/Caucionada EuroBic nº83352332.40.001	222 000,00	250 000,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	49 962,64	10 000,00
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	49 962,64	10 000,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Santader 95096	66 666,72	17 770,84
	<u>629 521,82</u>	<u>547 839,85</u>
	<u>3 528 070,80</u>	<u>3 772 862,53</u>

No ano de 2023 não foi contraído nenhum financiamento com entidades bancárias.

12 DIFERIMENTOS PASSIVOS

No final dos exercícios de 2023 e 2022 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos a Reconhecer	227 670,92	258 777,59
	<u>227 670,92</u>	<u>258 777,59</u>

O saldo apresentado nesta rubrica tem por base os subsídios a imputar em exercícios futuros (IEFP-39.945,88€, Apoio Comp. À Execução, Casa Abrigo -Autonomização e Casa Abrigo, – no valor de 2 594,36€).

Em 2023 o compromisso de cooperação do setor social e solidário, para o biénio 2023-2024, atualizou os valores das participações financeiras, nos seguintes termos:

- 6% para a generalidade das respostas sociais típicas e atípicas, à exceção de creche;
- 9,6% para as respostas sociais de ERPI e Lar Residencial. (totalizando o montante de 81 183,58€).

Os valores das participações financeiras foram processados da seguinte forma:

- Em dezembro de 2023, uma percentagem de 30% da atualização global para 2024, correspondente a:
 - 1,8% da atualização global de 6% estabelecida para a generalidade das respostas sociais típicas e atípicas, à exceção de creche;
 - 2,9% da atualização global de 9,6% estabelecida para as repostas de ERPI e Lar Residencial.

Esta rubrica contempla também, as candidaturas Fundação Calouste Gulbenkian (29 102,96€), Programa Erasmus (31 400,00€) e Prémio BPI (40 810,00€).

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2023 e em 2022 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	36 734,33	0,00	40 964,23
Créditos I.G.F.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00
IVA- Reembolsos pedidos	11 127,03	0,00	13 129,40	0,00
Contribuições para a Segurança Social /CGA	0,00	701 862,53	0,00	247 603,90
Plano Prestacional a Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	0,00	1 727,17	0,00	3 018,96
	11 127,03	740 324,03	13 129,40	291 587,09

A rubrica de Contribuições para a Segurança Social/CGA inclui, para além dos encargos referentes a Dezembro de 2023, os planos prestacionais que estão em vigor, a saber:

- Plano n.º 1276/2023, início em março de 2023, autorizadas 20 prestações, no valor de 5 756,03€/mês;
 - Plano n.º 4387/2023, início em setembro de 2023, autorizadas 24 prestações, no valor de 15 477,49€/mês;
 - Plano n.º 5924/2023, início em setembro de 2023, autorizadas 36 prestações, no valor de 8 000,83€/mês.
- Todas as prestações são acrescidas de juros e custas.

14 RÉDITO

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2023	2022
Prestação de Serviços		
Utentes	2 079 736,37	1 838 623,99
Quotizações e Joias	4 455,00	4 290,00
Outros	129 153,33	118 352,49
	2 213 344,70	1 961 266,48

As Prestações de Serviços na sua maioria referem-se a mensalidades processadas aos utentes, por serviços prestados pela SCMB.

Nas prestações de serviços da terceira idade o impacto no valor das mensalidades verificou-se a partir de outubro de 2023, data em que se começaram a admitir novos utentes no Lar Santa Isabel, que tinha estado em obras desde abril de 2022.

A rubrica "Outros" engloba, as receitas do bar, as rendas, fétretos, refeitório e serviço de apoio à realização de análises clínicas.

15 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios à Exploração	2023	2022
	Entidades Concedentes	Total	Total
1	Instituto da Segurança Social	4 862 479,36	3 570 722,27
2	Apoio à Execução POAPMC	0,00	7 920,00
3	POAPMC-01-74F7-FEAC-00095	19 836,45	5 376,18
4	IEFP	0,00	146 339,89
5	IFAP	2 528,46	2 873,64
6	POISE-Formação a Profissionais de Saúde	0,00	8 345,00
7	Doações em Espécie	0,00	2 036,50
8	Donativos Monetários	7 429,60	9 845,33
9	Esmolas	1 828,50	1 405,00
10	IAPMEI-RMMG	0,00	11 032,00
11	Administ.Reg. de Saúde do Norte	1 125 891,21	1 118 153,24
12	Centro. Distr. da Seg. Soc.de Brag.	327 190,50	368 000,68
	Total	6 347 184,08	5 252 049,73

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de participação nos serviços prestados de ação social.

O aumento que se verifica no "Instituto da Segurança Social" é referente à atribuição do subsídio para equilíbrio financeiro, Fundo de Socorro Social, no valor de 500 000,00 e à candidatura do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, para o ano letivo de 2021/2022 (168 204,36€) e para o ano letivo 2022/2023 (214 666,20€).

De referir que o valor de 1 453 081,71€ (ponto 11 e 12) são referentes à Unidade de Cuidados Continuados.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

	2023	2022
Trabalhos especializados	48 058,20	67 419,84
Publicidade e propaganda	4 352,25	2 436,70
Vigilância e segurança	0,00	1 181,28
Honorários	196 136,43	197 545,63
Conservação e reparação	47 240,72	37 342,65
Serviços Bancários	6 250,56	3 664,13
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 811,69	2 736,74
Livros e documentação técnica	0,00	11,66
Material de escritório	211,88	140,69
Artigos para oferta	2 979,91	2 265,89
Material Didático	0,00	64,95
Elettricidade	57 162,31	131 007,30
Combustíveis (Gasole/Gasolina)	39 131,45	38 748,93
Combustíveis (Gás)	239 153,17	443 806,59
Água	34 496,34	44 961,66
Deslocações e estadas	12 497,85	7 981,59
Rendas e alugueres	229 277,44	271 033,68
Comunicação	23 638,33	28 505,28
Seguros	19 041,56	19 986,04
Contencioso e notariado	7 927,63	23 269,93
Limpeza, higiene e conforto	26,20	0,00
Outros serviços	2 398,23	1 826,29
Custos Medicação/outros	65 996,56	72 996,34
Outros	5 243,96	4 653,41
	1 044 032,67	1 403 587,20

A diminuição na rubrica "Elettricidade" e "Combustíveis (Gás)", deve-se ao facto da redução do valor do kw.

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	5 080 464,86	4 638 573,50
Indemnizações	161 987,15	29 811,39
Encargos sobre remunerações	1 126 002,53	1 024 596,93
Seguros de ac. trabalho	44 561,55	43 339,93
Outros Gastos	307 680,00	297 936,24
	6 720 696,09	6 034 257,99

Os grandes valores da rubrica “Outros Gastos” incluem o montante de Subsídio de Alimentação pago aos colaboradores em 2023 no valor de 300 662,00€ e 288 261,29€ em 2022, temos também o registo da Medicina no trabalho no valor de 1 470,00€ em 2023 e 3 745,00€ em 2022.

A variação existente entre o ano 2023 e 2022 nos custos com pessoal, está relacionada com as diuturnidades, o aumento do Salário Mínimo Nacional, e a nova tabela salarial aprovada pela Convenção Coletiva de trabalho da CNIS, pela qual a nossa Instituição se rege.

Foi feito um acordo para pagamento da compensação pela cessação de contrato de trabalho com duas educadoras de infância, do Centro Infantil Cinderela.

Foi feito um acordo para pagamento em prestações, das diferenças salariais, com a educadora Maria do Rosário Madureira.

Na rubrica “Indemnizações” está incluído o montante de 108 693,13€ referente às indemnizações pagas às professoras no ano de 2021.

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2023 e 2022 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2023)	Nº Funcionários (média 2022)
Todas as respostas sociais	355	347

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é conforme se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Desconto Pronto Pagamento	6 603,59	6 380,11
Ganhos em inventários	0,00	24 758,94
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	201 263,45	4 801,91
Outros	120 386,91	161 828,71
	<u><u>328 253,95</u></u>	<u><u>197 769,67</u></u>

Na rubrica de” Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” está registado o ganho com a alienação do Imóvel sito na Rua Alexandre Herculano, 138 (denominado por Ex. ACT).

O saldo da rubrica “Outros” inclui essencialmente o valor relativo à imputação do subsídio ao investimento (detalhe nota 10) no valor de 82 536,79€.

19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é conforme se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos	2 284,94	1 135,50
Outros	13 922,46	88 574,47
	<u><u>16 207,40</u></u>	<u><u>89 709,97</u></u>

O saldo da rubrica “Impostos” é referente a taxa da Entidade Reguladora da Saúde que a instituição tem de ter devido a UCCI.

O saldo da rubrica “Outros” inclui o valor relativo a quotizações da União das Misericórdias Portuguesas. Este valor inclui a outras penalidades e custas processais com os planos prestacionais da Segurança Social.



20 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Juros de financiamentos obtidos	156 276,28	80 575,38
Comissões Rel. Financiamentos	0,00	0,00
Juros Mora e Compensatórios	21 845,42	9 305,39
Outros Juros	882,80	0,00
	179 004,50	89 880,77

O saldo desta rubrica, diz respeito, na sua maioria, a juros suportados com empréstimos bancários (156 276,28€).

Escrutinando o saldo das diversas rúbricas, em “Juros de Financiamento Obtidos”, temos os juros dos financiamentos e fundo de Reestruturação Setor Social. Em “Juros de mora e compensatórios”, estão associados os valores dos planos prestacionais da Segurança Social.

21 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão nesta data.

Existem passivos contingentes associados a processos movidos contra a Instituição no montante aproximado de 169.000 euros, os quais, tendo em conta o preceituado nos normativos contabilísticos e por se tratar de situações que no entender da Mesa Administrativa não acarretarão encargos para a Instituição, mas dependentes de entidades judiciais externas, são apenas objeto de divulgação/relato.

Não existem dívidas em mora ao Estado, nos termos do DL 534/80 de 7/11. Existem acordos de pagamento com a Segurança Social relativamente a dívidas antigas, os quais estão a ser cumpridos.

A Instituição não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das operações, para além das operações normais de financiamento.

As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, entendendo que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

No que toca a questões ambientais, é convicção da Instituição estarem a ser cumpridos os normativos aplicáveis às atividades desenvolvidas, não sendo expectável a existência de eventuais responsabilidades associadas.

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Bragança, 21 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

Ana Isabel Louzada Paradinha.

A Mesa Administrativa

José Maria Ferreira
* Presidente do Conselho de Administração
* Presidente da Comissão Administrativa
* Prof. Doutor Rogério Teixeira Marques
* Ana Sofia P. Ventura Alves
* António Manuel de Sousa Lobo
* António dos Santos Pedroso Sousa